



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 63955 - RJ (2020/0170281-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **JORGE LUIZ ZELADA**
ADVOGADOS : **ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA - RJ081570**
 ANTONIO EDUARDO DE MORAES - RJ084471
 RENATO SIMÕES HALLAK - RJ101708
 RENATO RIBEIRO DE MORAES - RJ099755
 JOÃO BALTHAZAR DE MATOS - RJ171106
 EDUARDO CORTE REAL FINAMORE - RJ199511
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

DESPACHO

Cuida-se de pedido apresentado por JORGE LUIZ ZELADA em que se requer “incidentalmente a concessão de medida liminar, para que seja determinado o sobrestamento da realização do leilão, até o julgamento deste recurso”.

O requerente alega que interpôs recurso ordinário em mandado de segurança contra o acórdão proferido pela 2ª Turma do TRF da 2ª Região, que não conheceu de Mandado de Segurança manejado que, por seu turno, foi ementado nos seguintes termos:

PROCESSO PENAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO. NÃO CONHECIMENTO.

I - Trata-se de mandado de segurança em matéria penal contra a decisão judicial que não reconheceu a nulidade da sentença proferida em embargos de terceiros.

II - O mandado de segurança é ação de caráter residual que serve a tutelar direito líquido e certo. Líquido e certo é o direito evidente de imediato, demonstrável por prova pré -constituída, manifesto em sua existência, delimitado na sua extensão, apto a ser exercido no momento da impetração e previsto em lei.

III - Não existe em tese direito à não alienação de imóvel sequestrado conforme os ditames legais, transitada em julgado a condenação do réu e muito menos à anulação de sentença proferida em embargos de terceiro no qual embargante e embargado foram regularmente intimados do início ao fim do processo.

IV - O mero fato de o impetrante haver requerido, naqueles embargos, após trânsito em julgado e baixa daqueles autos, a declaração de nulidade da sentença alegadamente viciada não se sobrepõe à preclusão das vias recursais ocorrida naquele feito, verificando-se, portanto, o óbice do art. 5º, III, da Lei do Mandado de Segurança.

V - Mandado de segurança não conhecido.

Por entender como ilegal a referida decisão, e considerando a informação de que o leilão do imóvel sequestrado pode ser realizado no mês de fevereiro de 2021, requer o sobrestamento da realização do leilão, até o julgamento deste recurso.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Compete ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 21, XIII, c, do RISTJ, decidir, durante o recesso do Tribunal ou nas férias coletivas dos seus membros, os pedidos de liminar em mandado de segurança, podendo ainda determinar liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão e demais medidas que reclamem urgência.

Portanto, a urgência que autoriza a atuação do plantão judicial no período de férias forenses decorre de situações excepcionais de grave ameaça de lesão a direito.

Na espécie, os autos encontram-se em trâmite neste Superior Tribunal de Justiça, desde setembro de 2020, tendo inclusive o Ministério Público Federal já se manifestado pelo desprovimento do recurso (fls. 740-747).

A juntada de cópia de e-mails no qual o leiloeiro designado pelo juízo (fl. 758) sugere o mês de fevereiro para a realização do referido leilão, por si só, não caracteriza urgência para o deslinde do feito, uma vez que sequer foi demonstrada a publicação de edital de leilão, nos termos estabelecido pelo disposto no art. 886, do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, não caracterizada situação de urgência que justifique a atuação do plantão judicial no período de férias forenses, encaminhem-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente